

- 1 DEZ. 1986

ANC 88
Pasta Dezembro/86
002

PFL não aceita uma comissão legislativa

Da Sucursal de Brasília

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), disse ontem que a maioria da futura bancada de senadores do seu partido é favorável ao funcionamento normal do Senado e da Câmara durante os trabalhos do Congresso constituinte. As duas casas legislativas, segundo Chiarelli, devem reunir-se no período da manhã e a constituinte à tarde. "O único inconveniente que poderá ser alegado é o excesso de trabalho", afirmou.

A proposta do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, de se criar uma comissão de parlamentares que cuidaria da legislação ordinária, é "desnecessária e injusta", na opinião de Chiarelli. "Esta comissão criaria superparla-

mentares de um lado e superparlamentares de outro," disse. Uma consulta realizada por Chiarelli a doze dos futuros senadores do PFL mostrou, segundo ele, uma posição unânime na defesa de que o mandato do presidente Sarney seja mantido em seis anos.

Última semana

Na última semana de funcionamento do Congresso, as lideranças partidárias voltam a negociar hoje a votação dos projetos mais importantes que restam da legislatura que se encerra na próxima sexta-feira. Segundo previu ontem o líder do PDS na Câmara, Amaral Neto (RJ), dificilmente haverá acordo para votação do "pacote antiviolença" e do projeto que aumenta os subsídios dos deputados. No Senado, aumenta a

pressão para votação de um novo "trem da alegria", que efetivaria cerca de seletos funcionários contratados provisoriamente.

Também surge a proposta de convocação extraordinária do Congresso feita pelo deputado Alvaro Valle (PL-RJ). Valle já conversou com o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, que ficou de analisar o assunto. - 1 DEZ 1986

Carlos Chiarelli conversa hoje com o líder do PMDB, Alfredo Campos (MG), para tentar seu apoio ao projeto de sua autoria que altera o artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), acabando com a possibilidade de intervenção do governo nos sindicatos de trabalhadores sem ordem judicial.